

mudar a



publicação do graal

23.

JANEIRO 1980

- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*



QUE DESENVOLVIMENTO?

UM PROBLEMA MUNDIAL

Quando na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Outubro de 71, se discutia o volumoso relatório sobre a situação social no mundo, não podia já haver dúvidas sobre a gravidade e a urgência da tarefa diante dos povos e seus governos.

O desenvolvimento deixara de ser o processo necessário a um punhado de países ou o problema localizado numa área, ainda que extensa ao globo, para se impôr como uma responsabilidade conjunta de toda a humanidade. Para além das fronteiras e das raças, para além dos conflitos abertos ou latentes, é a humanidade inteira que tem de fazer face à sua própria evolução, aos bens e técnicas que criou, à utilização que deles fez ou pode fazer, aos valores que podem determinar escolhas, decisões, programas.

O fosso entre ricos e pobres acentua-se tanto entre nações como no seio de cada nação.

O dramático contraste entre o tédio por excesso de estímulos e consumos e a apatia por ausência de um mínimo de proteínas tornara mais realista a avaliação das condições em que o desenvolvimento evoluiu na última década. Desse gigantesco relatório ficaram grandes pinceladas impressionistas a colorir o mapa do mundo:

— Um crescimento constante da população mundial que, a manter-se a taxa de 2% com que evoluiu em cada ano da década de 60, levará ao dobro da população actual no ano 2004 (cerca de 1760 novas cidades do tamanho de Marselha!). Uma população irregularmente distribuída mas vinculada ao seu solo por culturas milenárias — concentrada e compacta nos países não desérticos da Ásia, esparsa nas grandes extensões da Argentina ou do Brasil. Uma população com um peso de grupos etários muito diversos — enquanto 42% da população dos países pobres ainda

não tem 15 anos, cerca de 15% da população dos países altamente industrializados da Europa tem mais de 60 anos.

— Subemprego e desemprego em vastas zonas do mundo, decorrendo do aumento da mão-de-obra disponível, da urbanização não controlada e especuladora da incapacidade de se promover um desenvolvimento rural adequado, da ausência da chamada «tecnologia intermediária» que, não descurando a rentabilidade global da unidade fabril, ocupe o maior número possível de trabalhadores.

— Dificuldades da cobertura sanitária adequada que exigiria acções governamentais decisivas desde as que permitiriam levar água aos 90% da população rural dos países pobres que dela necessitam até aos mais complexos serviços que permitam controlar as causas e os efeitos da poluição, prevenir os acidentes, reduzir os circuitos de produção e consumo da droga.

— Condições básicas de alimentação e alojamento ainda por satisfazer, apesar dos esforços da «revolução verde». Fome e seca em zonas que têm para nós fisionomia humana, fome dos Nordeste dos nossos dois países, que fazem escoar o nordestino brasileiro para a costa e o nordestino português para a França.

— Cinquenta por cento da juventude sem escola em mais de 60 países e, simultaneamente, a interrogação sobre o carácter obsoleto da própria escola, a tendência universal para rejeitar o sistema escolar por inapetência atávica ou por saturação, a incapacidade manifesta de se encontrar a matriz do sistema de uma educação nova para uma geração radicalmente nova. A acrescentar a isso, o analfabetismo da população adulta que, se é certo que tem sido atacado por métodos inovadores — pela alfabetização funcional ou pela alfabetização pela acção cultural de Paulo Freire —

não deixa de ter a fisionomia de 790 milhões de pessoas no mundo.

— Ausência de uma adequada tradução operacional de políticas capazes de realizar uma efectiva redistribuição do rendimento, de aumentar as condições para a igualdade de oportunidades de todos, de construir novos sistemas fiscais, de estabelecer novas medidas de segurança social, de «absorver», sem os reprimir, os movimentos de protesto e conflito que se manifestam nos grupos populacionais pertencentes à sociedade de consumo ou nos grupos que adquirem uma consciência de «classe» em oposição a outras «classes» favorecidas e detentoras do poder.

É neste contexto de problemas que dizem respeito a todos os homens, porque nascem da interdependência dos povos, que toma sentido e ganha urgência a movimentação das instituições e das vontades para fazer face a esta etapa da vida da humanidade.

CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

Que conteúdo tem a palavra «desenvolvimento»? Sobre o conceito de desenvolvimento existem quase tantas opiniões como o número de teóricos e peritos que se debruçam sobre o tema. Denominador comum é, talvez, pelo menos à partida, uma expectativa de crescimento, de alcance de uma maioridade, de progresso contínuo.

Ora a década de 1960 viu desmoronar-se essa expectativa. Enxertada numa humanidade dividida entre pobres e ricos, entre detentores do saber tecnológico e escravos aprendizes da tecnologia, a expectativa vinha carregada de aspirações quotidianas, vitais e concretas. Os pobres e ignorantes trabalhavam, organizavam-se, iam, seriam incorruptíveis, senão ascetas, para atingirem os índices de crescimento económico que os teóricos do planeamento julgavam sabiamente como os mínimos indispensáveis. Os ricos e espertos dariam da mesa do seu banquete gastronómico e tecnológico e continuariam a sua vida de mais conquista e de mais saber.

Daí nasceriam não só os valores do PNB que era necessário atingir mas também as taxas de natalidade que importaria salvar, a escolaridade prolongada e gratuita, o equipamento sanitário, as infra-estruturas de comunicação, etc., etc.

Em breve se revelou o logro fundamental e inevitável deste desenvolvimento puramente económico. Embora reconhecendo que certos patamares de bem-estar são indispensáveis para uma verdadeira vida, verificou-se que esses patamares só se tornavam acessíveis quando decorriam da fisionomia humana e do querer comum das populações. Foi assim que gradualmente se caminhou para a chamada análise estrutural do desenvolvimento, segundo a qual este se situava no seio de uma comunidade dada, com a sua história, a sua cultura, a sua tradição e as suas tensões latentes.

Esta visão humanista do desenvolvimento foi completada pela reflexão de homens como Lebert e Cosmao que apresentaram o desenvolvimento como um

processo global de toda uma sociedade tomando nas mãos o seu destino, com os materiais da sua própria cultura, para fazer face à sua evolução histórica.

Este conceito, porque rico de experiência vivida, sobretudo na África francófona e na América Latina, e porque objecto de cuidada elaboração intelectual dava o primeiro lugar à originalidade de cada comunidade e aos povos o direito de definirem os objectivos do seu próprio desenvolvimento. Aparecia como desenvolvimento integral — mas não integrara ainda a civilização técnica em que vivemos; desenvolvia uma linha humanista paralelamente a uma linha económica. O seu conteúdo, prenhe de realizações possíveis, perdeu assim o impacto nas civilizações vincadamente técnicas em que o conhecimento da realidade é aprendido e veiculado por meios técnicos. Não é de estranhar que o pragmatismo da cultura anglo-saxónica levasse a rejeitar tal conceito que, de tão global e integral que era, aparecia vago e difuso a povos habituados a lidar com coisas em termos do seu concreto contorno.

O desenvolvimento sofreu, enquanto palavra, o seu último abalo, no termo da década de 60, quando caiu pela base o mito do desenvolvimento ainda subjacente a todas as expressões que citei — reconheceu-se que os países em vias de desenvolvimento foram na realidade na década de 60 os países ricos e que os países pobres se tornavam cada vez mais aquilo que cabia na designação que, pruridos de consciência, tinham rejeitado, i.e., países subdesenvolvidos. Com a queda do mito, deu-se a queda da própria expressão — daí que nos tenha vindo da América Latina o conceito de «libertação» a dar dinamismo novo ao processo de desenvolvimento. Porque — não nos iludamos — de desenvolvimento se trata ainda.

A decantação dos conflitos internos das sociedades — independentemente dos regimes políticos que as estruturam — levou a pôr em questão uma noção harmoniosa, continuamente ascensional do desenvolvimento.

ESTRATÉGIAS CORRESPONDENTES

Esta longa caminhada pode levar a dizer que o desenvolvimento na sua realidade global é «um sistema de relações sócio-económicas, políticas e culturais, mudando constantemente ao longo do tempo».

Mais: os diferentes conceitos que se escalonaram no tempo estão presentes em qualquer situação de desenvolvimento. O que importa clarificar é o conceito com que se está trabalhando para o tornar completamente operacional.

Assim, se nos situarmos no esquema económico, temos de nos sujeitar a critérios de eficácia, aceitar na íntegra os modelos importados, tornar máxima a rentabilidade. As acções são bem definidas quer na esfera social quer na esfera económica e têm de ser levadas ao seu termo.

Pode dizer-se que a criação das infra-estruturas sócio-económicas — de saúde, de escolaridade, de habitação, de comunicações, etc. — devem ser tomadas

por aquilo que são. Não há que afectá-las de coloridos mais ou menos dinâmicos e psico-sociológicos que apenas mascaram as carências fundamentais e a incapacidade de sentirmos a urgência de lhes fazer face.

Parece-me ingénua — no sentido que esta palavra tem para Paulo Freire — a adaptação de técnicas de auscultação de aspirações e de dinamização de grupos à resolução dos problemas de base de uma sociedade. Quando os homens morrem sem médico, se alimentam do pouco que a terra lhes dá, são acções rápidas e eficazes — ainda que com aparência de totalitárias — que se impõem. Sabemos, no entanto, ao tomar tal caminho, que fica de pé a interrogação sobre o clima cultural em que o desenvolvimento se opera.

Se nos situarmos no esquema «humanista» — quer o da análise estrutural quer o do desenvolvimento integral — também aí nos guiam critérios bem definidos de totalidade da existência do homem («todo o homem e todos os homens»), de solidariedade, de crescimento harmónico.

Então a estratégia exige a planificação global, a traduzir-se numa polivalência social e educativa, a concretizar-se na chamada acção cultural — essencialmente inter-disciplinar, dialogante, respeitando o homem como sujeito da sua história, crente na criatividade das populações.

Trata-se então de acções muito diversificadas, tendentes a procurar a matriz cultural de uma população e a dar-lhe forma estratégica e objectiva. Por exemplo: uma nova estrutura da educação, ou uma tentativa de maior participação das mulheres na vida social inserir-se-ão neste conceito, irão às fontes onde um povo bebe a sua vivência cultural, descobrirão os «nós» afectivos que estruturam uma sociedade. Estarão então em condições de encontrar soluções verdadeiramente originais na continuidade de valores intuídos, senão assumidos, por uma população inteira.

Se equacionarmos o desenvolvimento em termos de acção libertadora, não podemos deixar de utilizar os seus critérios: a crítica radical ao capitalismo liberal, o conceito de auto-educação em oposição à educação «domesticadora», o primado do político sobre o técnico.

As acções a desencadear enquadram-se então no despertar de consciência crítica, no primado da praxis sobre as ideologias, na participação do povo com a supressão dos pseudo-elitismos.

O problema aqui é um problema tático — perante um determinado problema de desenvolvimento qual a estratégia a que podemos fazer apelo e que garanta a operacionalidade do processo?

A não ser que se opte por uma via ideológica totalitária, o pluralismo das estratégias é exigido pela sobreposição no mundo — e em cada região do mundo — de sociedades e economias dualistas.

O PAPEL DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Parece, a uma primeira observação, que a industrialização é inerente a qualquer estratégia de desenvolvimento.

Ora aqui tocamos um dos problemas mais graves da situação de «impasse» em que se encontra a humanidade — o restrito conceito da industrialização com que habitualmente lidamos.

Na verdade, a industrialização é primariamente «um conjunto novo de relações que se estabelece nos circuitos de produção de bens ou de serviços para que uma determinada sociedade possa tirar partido das inovações — em máquinas, processos e serviços — nascidas da tecnologia moderna».

Ora o que acontece em geral? Reduz-se a industrialização à implantação de indústrias e não se vê para além delas — que são sempre meio — o estilo novo de relações. Ainda quando se extrapola para além do domínio industrial e se tenta criar técnicas novas, cai-se facilmente nas chamadas «inovações regressivas». Refiro-me às inovações que, no desejo de recuperar tempo perdido ou de copiar o modelo que parece universal, introduzem aqui e ali, de forma meramente pontual, «tecnologia avançada». Com essa tecnologia reforçam-se os defeitos do sistema e mascaram-se, mais do que se resolvem, os verdadeiros problemas. (Penso, por exemplo, no pesadelo da estrutura burocrática que uma tecnologia avançada parecia poder lubrificar: porque existem máquinas de fotocopiar em quase todos os serviços, acumulam-se ainda mais os papéis e dilui-se cada vez mais a responsabilidade pessoal...).

A mentalidade dominante no mundo inteiro é a que leva a pensar que a tecnologia avançada consiste em possuir exactamente os mesmos institutos de investigação, os mesmos meios de produção que existem nas sociedades que criaram essa tecnologia.

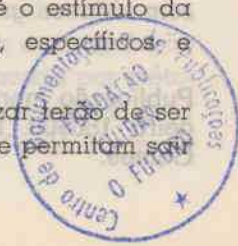
Ora a verdadeira tecnologia não está em repetir modelos, está na capacidade de, com instrumentos de uso universal, criar em cada sociedade modelos novos.

Quando sabemos que o potencial de investigação se encontra distribuído, abstraindo da União Soviética e da China, em cerca de 75 % nos E.U.A., 20 % nos países industrializados da Europa e 2 % no resto do mundo, não podemos deixar de concordar com a forma crua como o economista Stigler formulou o problema: «Small economies that imitate us can follow our methods of doing things this year, but not our methods of changing things next year».

Os chamados «enclaves de modernismo» são a expressão do anti-desenvolvimento. Não são de modo algum a aplicação da tecnologia a situações novas. São, pelo contrário, a prova da incapacidade tecnológica de um povo ou de seus dirigentes — são a aparência com que se mascara a ausência de esforço criador que, com os meios da tecnologia avançada, criasse novos pontos de aplicação dos recursos, energias e interesses de uma sociedade.

A tarefa que neste contexto se põe a uma estratégia internacional do desenvolvimento é o estímulo da investigação dos problemas próprios, específicos e únicos de cada sociedade.

Para que essa tarefa se possa realizar terão de ser resolvidos problemas metodológicos que permitam sair



do esquema do modelo único do desenvolvimento, que decorre das sociedades altamente industrializadas e que tende a permear todas as sociedades. Haverá que resolver sobretudo o problema do equacionamento sócio-económico unificado do desenvolvimento.

Para isso importa esclarecer, ao nível de cada país, métodos de recolha de dados integrados, i.e., sistemas de recolha de informação que permitam, para fins analíticos, a integração da informação de tipo económico, social, político e cultural.

RESISTÊNCIAS À INOVAÇÃO

Creio que a acção inovadora subjacente ao processo de desenvolvimento não pode ladear os obstáculos que encontra. As resistências à inovação exprimem uma realidade social: não são apanágio de um grupo bem determinado de «conservadores» dessa sociedade, antes fazem parte do mecanismo psico-sociológico de qualquer grupo. De cada vez que um grupo experimenta um patamar de estabilidade, cresce a sua resistência à inovação. Mas a inovação não «descola», se não houver esse patamar: quanto maior for a velocidade que se pretende atribuir ao processo de inovação tanto mais longa tem de ser a pista de descolagem... Passar o tempo a denunciar as forças de resistência à inovação para as contornar ou destruir não parece fazer parte de uma tática coerente com uma estratégia de optimização dos resultados. Importa estudar e analisar essas forças para fazer delas o ponto de partida concreto de um esforço inovador colectivo. Em outros termos, trata-se de olhar as situações e deixar que nasça uma consciência crítica colectiva — se se trata de um conhecimento permeando as pessoas e os grupos, atingindo a sua consciência, o esforço inovador está pronto a desencadear-se. O acto de consciência crítica colectiva é portador de acção transformadora e só aí se completa como acto humano de conhecimento e reflexão. Por isso, na resistência à inovação, encontra qualquer tipo de desenvolvimento o seu próprio desafio.

Um aspecto específico da resistência à inovação vem da própria industrialização. É que a tecnologia uniformiza as sociedades ao nível da produção. (Se entre os E.U.A. e o Egipto há um abismo de diferença económica e de identidade cultural, não há diferença alguma entre o piloto da TWA e o piloto das linhas aéreas egípcias!). A tecnologia não tem o papel inovador que a agressividade das chaminés de novas fábricas e o fragor das comportas das barragens parecem querer simbolizar! Pelo contrário, o seu papel é basicamente conformista. (Assim se explica, aliás, que seja relativamente fácil criar altos fornos e treinar operários especializados em qualquer parte do mundo, com idêntico grau de rendimento, mas que seja muito

mais difícil constituir e formar quadros para promover o desenvolvimento rural ou estruturarem serviços novos, livres da ganga e da inércia acumulada).

Essa estrutura conformista vai traduzir-se no plano pessoal num desesperado apego à segurança e à harmonia e no plano colectivo ao repetido apelo à «ordem» e à estabilidade.

INSTABILIDADE PERMANENTE

Em oposição a esta tendência vem a mudança radical operada no mundo inteiro durante os últimos 20 anos, a descoberta, feita simultaneamente por todas as ciências, da estrutura conflitual da existência a todos os níveis.

O reconhecimento de tal estrutura conflitual não significa, como é óbvio, que o conflito seja encarado como um fim a atingir. Significa, pelo contrário, que o conflito passa a ser olhado como um dado *a priori* da análise de qualquer situação.

Refiro-me não à análise teórica, já eivada de uma ideologia mas ao termo técnico de «análise de sistemas», instrumento indispensável a qualquer planeamento. Em tal análise procura-se a «definição da estrutura optimal em equilíbrio móvel, feita de reajustamentos sucessivos a partir do meio». Assim, o que caracteriza a análise de sistema é a integração dum princípio de incerteza na acção. É aceitar que a acção vai ser determinada pela reacção do meio que postula novos reajustamentos, definidores, por seu turno, de uma nova estrutura. É aceitar o imprevisível no perfeitamente calculado. É aceitar a mudança não apenas como objectivo mas como material e meio de transformação.

Neste contexto, o desenvolvimento não é a conversão de um sistema estável a outro sistema estável: o princípio de incerteza faz apelo ao sentido do risco, à capacidade de fazer erros e de os reconhecer, à abertura para novas tentativas.

Só esse sentido pode permitir compreender aquilo que a ciência atómica pôs a nu: que a energia vem da instabilidade. O que está em causa no desenvolvimento é a possibilidade para os homens e grupos de libertarem energia criadora dando um salto para o que tecnicamente se pode chamar a «instabilidade permanente». Em termos de estratégia, isto significa a passagem de sistemas autocráticos, fixos, fechados, pesados, a sistemas planificados, abertos, elásticos, auto-reguladores, susceptíveis de previsão e de integração.



Maria de Lourdes Pintasilgo
in 1.º Colóquio Luso-Brasileiro
de Desenvolvimento Integrado
Lisboa, Agosto de 1972

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.º António dos Capuchos, 6, 2.º-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas-Coop. de Trab. Gráficos, scarl.